

<http://doi.org/10.1590/15174522-112158>

Entre *substâncias e relações*: formação e modernização do Brasil em *Raízes e Sobrados* (1936)

Sergio B. F. Tavoraro* 

Resumo

Interessado no potencial heurístico das edições inaugurais de *Raízes do Brasil* e de *Sobrados e Mucambos* (1936), bem como em suas eventuais interlocuções com agendas de reflexão contemporâneas, o presente artigo almeja inquirir a respeito de suas afinidades em torno de uma questão em particular. Refiro-me a certas ambivalências e tensões interpretativas latentes nos ensaios, alimentadas pela coexistência de duas visadas que fazem pender as atenções de Sérgio Buarque de Holanda e de Gilberto Freyre em direções aparentemente inconciliáveis: de um lado, um viés *internalista* e *substancialista* da formação e modernização do país e, de outro, uma perspectiva *transaccional* desses processos. Na parte final do artigo, à luz dos *insights* oferecidos pelo debate sociológico relacional, teço considerações acerca das contribuições das obras para uma abordagem da vida social brasileira sensível à miríade de conexões socio-históricas implicadas em sua formação e adesão aos padrões de sociabilidade modernos.[♦]

Palavras-chave: Raízes do Brasil, Sobrados e Mucambos, modernidade, pensamento social no Brasil, teoria sociológica

* Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

♦ A elaboração do artigo contou com apoio do CNPq (Projeto de pesquisa 303189/2019-3). Agradeço às/aos pareceristas anônimas/os da revista Sociologias, que me auxiliaram a calibrar os objetivos inicialmente estabelecidos.

Between substances and relationships: formation and modernization of Brazil in Roots and Mansions (1936)

Abstract

The article examines the affinities and convergences that bring together the first editions of *Roots of Brazil* and *The mansions and the shanties* (1936). I contend that both Gilberto Freyre's and Sérgio Buarque de Holanda's accounts on the social-historical processes that ushered in the formation and later modernization of the Brazilian society are torn between two seemingly incompatible perspectives: on the one hand, an *internalist* and *substantialist* interpretative approach and, on the other, a *transactional* view on such phenomena. At last, in light of a set of ideas outlined by some relational discussions in contemporary sociology, I probe into the contributions of *Roots* and *Mansions* towards a properly *relational* take on the Brazilian experience, attentive to the myriad societal connections involved in the formation and subsequent adherence of the country to patterns of sociability in tune with modernity.

Keywords: Roots of Brazil, The Mansions and the Shanties, modernity, Brazilian social thought, sociological theory.

Além das maneiras inovadoras com que, em meados da década de 1930, *Sobrados e Mucambos* e *Raízes do Brasil* se propuseram a perscrutar as origens da sociedade brasileira, trata-se de trabalhos igualmente notabilizados por terem abordado, com criatividade análoga, as mudanças e processos sociais que conduziram o país à quadra moderna. Interessado no potencial heurístico de suas formulações inaugurais, mas também em suas interlocuções com agendas de reflexão contemporâneas, o presente artigo almeja inquirir acerca das afinidades e confluências das edições *princeps* das obras em torno de uma problemática assaz específica.¹

¹ Lembre-se que, anos após seu lançamento inaugural, *Raízes do Brasil* ganharia novas edições, as quais trariam uma série de alterações: a 2ª edição viria em 1948, a 3ª em 1956, a 4ª em 1963 e a 5ª em 1969. A respeito da história desse percurso e das especificidades das novas versões, veja-se Feldman (2013) e Monteiro e Schwarcz (2016). Quanto a *Sobrados e Mucambos*, cabe destacar que, depois de sua estreia em 1936, a 2ª edição (1951) traria cinco novos capítulos, acompanhados “de acréscimos substanciais ao texto dos capítulos primitivos” (Freyre, 1996, p. LII). Veja-se as considerações de Bastos (2008) sobre esse ponto. Saliento não ser o propósito deste artigo cotejar as formulações das diferentes edições, o que envolveria um exercício muito diverso do presente.

Refiro-me a certas fricções e ambivalências interpretativas latentes nos ensaios, alimentadas pela coexistência de duas visadas que fazem pender as atenções de Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre em direções aparentemente inconciliáveis: por um lado, tanto *Raízes [RdB]* quanto *Sobrados [SeM]* exortam-nos a conceber a formação nacional bem como seu ingresso presumidamente singular na modernidade como fenômenos em última instância alicerçados em predicados inerentes a essa sociedade e/ou tributários de um itinerário histórico inconfundível (Araújo, 1994; Bastos, 2003; Cardoso, 2013; Eugênio, 2010; Monteiro, 2015; Souza, 2003; Wegner, 2000; Waizbort, 2011). Ocorre que, por outro lado, abundam as oportunidades em que esses mesmos esforços de interpretação se afastam de concepções imanentes da experiência brasileira para contemplar suas gêneses e ulterior modernização à luz de um conjunto mais amplo de enlaces e intercâmbios sociais. Deslocado de seu próprio cerne, o país passa a ser remetido, de maneira direta, aos entrecruzamentos societários variados que teriam participado de sua história (Feldman, 2009; Lage, 2016; Rocha, 2008).

Proponho cifrar essa questão nos marcos teórico-analíticos de uma tensão que, em meu entendimento, contrapõe uma orientação *internalista*² e *substancialista*³ a respeito das condições de possibilidade da sociedade brasileira a uma visada *transacional* ou *relacional*⁴ a seu respeito. Se, no primeiro caso, prevalece a predileção por aspectos especiais (culturais,

² Trata-se, segundo Conrad (2016, p. 88-89), da tendência para conceber “as sociedades como autogeradoras” e, ato contínuo, para pressupor “que a mudança social sempre foi o feito da própria sociedade.”

³ Emirbayer (1997, p. 282-283) define a perspectiva *substancialista* como aquela que se apoia na “noção de que são *substâncias* de vários tipos (coisas, seres, essências) que constituem as unidades fundamentais de toda investigação”, percebidas como “entidades autossustentadas”. Nesse caso, são “entidades duráveis, coerentes, que constituem os pontos de partida legítimos de toda investigação sociológica.” (Emirbayer, 1997, p. 285). Veja-se, também, Go (2017).

⁴ Conforme argumenta Dépelteau (2013, p. 180), para a perspectiva sociológica *transacional*, não é possível imputar essências a “transatores” individuais engajados em relações, tendo em vista seu caráter “interdependente”. Nesse caso, as próprias existências e ações dos transatores dependem de suas relações mútuas. Daí a ênfase analítica devotada às *transações* das partes envolvidas e às suas *propriedades emergentes*. Sobre o “fenômeno da emergência” e sua compreensão pela sociologia *relacional*, veja-se as reflexões de Vandenberghe (2018, p. 46-47).

ambientais, étnico-raciais, institucionais, econômicos, políticos e/ou epistemológicos), divisados em entidades sociais e/ou trajetórias históricas pretensamente exclusivas,⁵ muito diversa é a ênfase conferida no segundo: destarte, as circunstâncias, injunções e transformações envolvidas tanto na formação nacional quanto em sua adesão aos padrões de sociabilidade modernos (isto é, às instituições, parâmetros ético-morais e referências cognitivas característicos da modernidade) passam a ser preferencialmente vistas como caudatárias das múltiplas conexões do país com contextos socio-históricos diversos.⁶ Como quero argumentar, admitidas as idiosincrasias pessoais e intelectuais dos autores, assim como as particularidades conceituais e metodológicas de suas obras – vale frisar, contempladas em profundidade pela fortuna crítica⁷ –, a análise dessa *tensão* interpretativa oferece uma oportunidade ímpar para se investigar as convergências entre *Sobrados e Raízes*. A hipótese que pretendo examinar é que, contabilizadas as inúmeras ocasiões em que Freyre e Holanda orientam seus olhares por supostos *relacionais*, os célebres ensaios de 1936 jamais chegam a dissolver integralmente o teor *substancialista* de seus retratos do Brasil. Trata-se com isso de afirmar que, conquanto não sejam raros os momentos em que precedência explicativa seja conferida aos vínculos do país com

⁵ No que toca a *RdB*, a análise de Eugênio (2010, p. 264) acerca do viés “organicista” da obra, bem como das “ocorrências da noção de *forma*” no texto de Sérgio B. Holanda parecem-me justamente apontar para essa visada: “A *forma* implica *unidade orgânica*, quer dizer, identidade.” Segundo Eugênio (2010, p. 259-260), “Dizer *forma* é dizer *substância*”; por sua vez, “substância só pode ser um ente que subsistir por si ou separadamente do resto” – ou seja, “algo intrinsecamente unitário”.

⁶ De acordo com Feldman (2009, p. 146), nas formulações de *Casa-grande & senzala* e *Sobrados e Mucambos*, “Antes que um lugar no mundo, o Brasil é enunciado como um lugar do mundo, ou do mundial.” Nesse exato sentido, para o autor, ao lado de *RdB*, as referidas obras de Freyre “*tornam visíveis* elementos da condição brasileira em sua relação com o mundo” (Feldman, 2009, p. 24).

⁷ A fortuna crítica desses autores e de suas obras é vasta e multifacetada. Para se ter uma ideia das particularidades teóricas e metodológicas da fatura de Holanda e Freyre, veja-se por exemplo as cuidadosas análises de Araújo (1994), Bastos (2008), Ferreira (1996), Motta (2013), Monteiro (2015) e Waizbort (2011). A propósito das trajetórias pessoais e profissionais de cada autor e dos impactos destas sobre suas ideias, além das implicações políticas distintas de seus diagnósticos do Brasil, veja-se Burke e Pallares-Burke (2009), Cândido (2008), Eugênio (2008), Rocha (2008) e Souza (2000).

configurações socio-históricas de variada sorte, em boa medida, persiste a propensão das obras para divisar na experiência brasileira um núcleo *substantivo* de atributos, imune à passagem do tempo e impérvio às suas interações com contextos tomados por modelares da modernidade.⁸

Importa sobremaneira reconhecer que, *grosso modo*, esta não é uma controvérsia exclusiva aos trabalhos aqui contemplados. Além de recorrente nas fabulações de distintas gerações de pensadores brasileiros, à sua maneira, tal celeuma perpassa o próprio imaginário sociológico da modernidade: bem se sabe que obras-chave da sociologia (clássicas e contemporâneas) inclinaram-se a imputar a emergência da sociabilidade moderna a fatores e predicados (culturais, econômicos, políticos, institucionais e/ou epistemológicos) presumidamente inerentes a um conjunto restrito de sociedades do Atlântico Norte (Elias, 1993; Giddens, 1991; Marx, 1990; Parsons, 1971; Rostow, 1978; Weber, 2002). Em tempos recentes, porém, tal orientação *internalista* tornou-se alvo de uma série de programas de reflexão, ciosos dos vínculos e entrelaçamentos societários desde longa data implicados na cena moderna (Chakrabarty, 2000; Chernilo, 2011; Conrad, 2016; Hall, 2011; Mignolo, 2005; Subrahmanyam, 1997; Therborn, 2003). Pois bem, além de debruçar-me sobre tais tensões e ambiguidades interpretativas subjacentes a *Raízes* e *Sobrados*, na última parte do artigo, exploro as eventuais correlações das obras com algumas ideias lançadas por certa perspectiva sociológica relacional (Emirbayer, 1997; Donati, 2013; Monterescu, 2013; Powell; Dépelteau, 2013; Prandini, 2015; Vandenberghe, 2018). À luz dos *insights* oferecidos por essas proposições, almejo ponderar acerca do potencial dos ensaios de Freyre e Holanda para uma visada propriamente *relacional* da experiência brasileira, sensível à miríade de conexões socio-históricas que participaram de sua formação e subsequente adesão aos parâmetros societários modernos. Pretendo, com isso, estabelecer pontes alternativas de diálogo entre retratos do país que ocupam lugar de destaque no pensamento brasileiro e a teoria sociológica contemporânea.

⁸ Retomo aqui uma problemática anunciada em Tavoraro (2020) com o propósito de desdobrar e aprofundar o argumento então sugerido.

Gêneses da formação brasileira: entre *substâncias e relações*

Logo no parágrafo introdutório de *Raízes*, Sérgio Buarque refere-se ao Brasil como “uma experiência sem símile” (Hollanda, 1936, p. 3).⁹ A bem da verdade, em seus contornos gerais, essa é uma imagem recorrente no decurso do ensaio, sugestiva de uma vida social, em inúmeros aspectos, “*sui generis*” (p. 49-50). Na hipótese de se depreender de passagens como essas a propensão para divisar no país um conjunto de predicados distintamente nacionais, algo análogo sucede em *Sobrados*. Lembre-se que, na avaliação de Gilberto Freyre, a “colônia portuguesa na América” lograra reunir “qualidades e condições de vida tão exóticas” que a retomada do “contato do Brasil com a Europa” no século XIX terminaria por assumir “o caráter de uma reeuropeização. Em certo sentido, o de uma reconquista.” (Freyre, 1936, p. 258-259). Essas proposições fazem ressaltar o primeiro ângulo do problema em tela: afinal, de que maneiras *RdB* e *SeM* aludem às origens dos ingredientes, processos sociais e transformações históricas que se teriam conjugado para formar a sociedade brasileira?

Caso se tivesse em conta apenas as menções aos traços culturais e comportamentais das populações nativas (Freyre, 1936; Hollanda, 1936) ou às peculiaridades físico-ambientais do novo continente (Hollanda, 1936; Freyre, 1936), talvez se acreditasse tratar-se de retratos do país tributários de uma perspectiva *internalista* estrita. Erguida a partir de seus próprios meios, essa experiência constituiria uma unidade analítica inconfundível, formada ao termo de um percurso histórico sem par. Essa leitura, no entanto, não faria justiça à multiplicidade de aspectos evocados por Holanda e Freyre. Embora ciosos do papel que fatores autóctones tiveram na construção nacional, ambos os ensaios dedicam cuidado especial aos impactos de elementos extrínsecos de variadas origens que, desde o princípio, teriam se mostrado atuantes na cena brasileira. É certo que, na visão de Freyre, ao final de “três séculos de relativa segregação da Europa não ibérica”,

⁹ Esta e as demais citações foram ajustadas às regras ortográficas atuais.

uma ordem própria lograra germinar na colônia portuguesa, a ponto de se delinear entre nós “um tipo brasileiro de homem, outro de mulher”. Não se poderia, contudo, considerá-la uma experiência puramente americana, visto, àquela altura, já ter aqui se estabelecido “uma paisagem social com muita coisa de asiático, de mourisco, de africano”, posto “[terem] sido transplantados para cá pedaços inteiros e vivos, e não somente estilhaços ou restos dessas civilizações antieuropeias” (Freyre, 1936, p. 257-258). *Mutatis mutandis*, é sintomático que, nas mesmas linhas iniciais de *Raízes*, Holanda refira-se à “sociedade brasileira” como “o único esforço bem-sucedido, e em larga escala, de transplantação da cultura europeia para uma zona de clima tropical e sub-tropical.” (Hollanda, 1936, p. 3). Tratava-se, com isso, de dizer que “nossas formas de vida, nossas instituições e nossa visão do mundo” não haviam sido engendradas a partir de nós mesmos; de outro modo, teriam nos chegado de “países distantes”, harmonizadas, portanto, “a outro clima e a outra paisagem” (p. 3).

Tais ponderações preliminares suscitam uma segunda indagação: até que ponto a atenção dos ensaios aos inúmeros enlacs e entrecruzamentos societários que desaguarão na formação nacional representa uma ruptura peremptória com pressupostos analíticos *internalistas*? Ademais, até onde a sensibilidade de *Sobrados* e *Raízes* às circunstâncias e fatores adventícios que impactaram a formação brasileira conduz à dissolução integral de suas inclinações *substancialistas*? Veja-se, pois: não restam dúvidas que, ao enxergar na “Península Ibérica”, e em “Portugal especialmente”, a sede de onde “nos veio a *forma* atual de nossa cultura” (Hollanda, 1936, p. 15), já de partida, Sérgio Buarque desloca a sociedade brasileira de seu próprio cerne em favor de aspectos exteriores. Todavia, diluída a centralidade explicativa (ou ao menos a exclusividade conformadora) de fatores internos ao país, nem por isso *RdB* descarta a existência de itinerários sociais que mais parecem comportar-se à maneira de entidades históricas exclusivas e autossustentadas. Nesse caso, é sugestivo que Buarque de Holanda se remeta à principal matriz colonizadora do Brasil como o berço de “um tipo de sociedade que se desenvolveria, em alguns sentidos, quase à margem das congêneres

européias” (p. 4). Ancorados em atributos próprios a uma existência singular – sendo a “cultura da personalidade” seu “traço mais decisivo (...) desde tempos imemoriais” (p. 4-5) –, o ponto de partida especial de Portugal e Espanha – leia-se, o “ingresso tardio” de ambos “no coro europeu” – haveria de determinar “muitos aspectos peculiares de sua história e de sua formação espiritual” (p. 4). Nesse particular, as afinidades com *Sobrados* são flagrantes: por certo, ao conferir importância crucial às origens estrangeiras do país (lusas, africanas, mouras e asiáticas), Freyre também se afasta de uma concepção autogeradora da sociedade brasileira. Não obstante, embora a vislumbre como a resultante de enlaces históricos variados, nada o demove de retratá-la como portadora de predicados *sui generis*, substantivamente diversa de outros contextos coetâneos (Freyre, 1936p. 368).

Eis, portanto, o que se deve a princípio sublinhar: conquanto um sem número de fatores atinentes às origens do país sejam, com efeito, subsumidos às suas *relações* com configurações socio-históricas outras (africanas, asiáticas e euro-ibéricas), *Sobrados* e *Raízes* conservam sonoras conotações *substancialistas* – só que, desta vez, em virtude de qualidades singulares tomadas por inerentes a percursos históricos alegadamente especiais. Ou seja, a despeito de muitas vezes elevados à condição de variáveis explicativas primordiais, as *transações* e os *entrelaçamentos societários* envolvidos na formação nacional – contemplados agora como fontes precípuas das características distintivas do país – continuam retratados à semelhança de *entidades históricas exclusivas* e *autogeradoras*. Não é de estranhar, pois, a forma categórica com que Sérgio Buarque demarca diferenças cabais entre hispânicos e protestantes: originais em comparação com “seus vizinhos do continente” (Hollanda, 1936, p. 5), capacitados como “Nenhum outro povo do Velho Mundo (...) para se aventurar à exploração regular e intensa das terras próximas à linha equinocial” (p. 19), espanhóis e portugueses seriam portadores de predicados que, no longo prazo, deixariam marcas perenes também em seus empreendimentos americanos – com destaque para a peculiar fragilidade “de todas as associações que impliquem solidariedade e ordenação” (p. 5), a “ânsia de prosperidade sem custo, de títulos honoríficos,

de posições e riquezas fáceis” (p. 24), “a invencível antipatia que sempre lhes inspirou toda moral fundada principalmente no culto do trabalho” (p. 12), sua indefectível “vontade de mandar e a disposição para cumprir ordens” (p. 14), além da ausência de “racionalização da vida” (p. 11). As expressas dessemelhanças em relação a aspectos considerados característicos dos “povos protestantes, e sobretudo dos calvinistas” (p. 11-12) – dentre os quais “o culto à atividade utilitária” (p. 13) e o “espírito de organização espontânea” (p. 11-12) – denotam a extensão e a profundidade do abismo que, na percepção do intérprete, separaria esses dois itinerários sociais coetâneos.

Igualmente aqui, são evidentes as confluências com *Sobrados*: Freyre também alude às singularidades das conexões históricas que resultaram na formação brasileira, irredutíveis às trajetórias de países expoentes da modernidade. Desses vínculos teriam sobrevivido visões de mundo, padrões de sociabilidade e criações culturais invulgares – dentre os quais códigos normativos, modelos comportamentais e ideais de beleza coloridos por influências mouras (Freyre, 1936, p. 126-127, p. 258); uma “arquitetura patriarcal” incrementada com sugestões asiáticas e africanas, ajustada às circunstâncias tropicais americanas (p. 225); práticas de higiene islâmicas, hábitos alimentares oriundos da África, técnicas de transporte trazidas “da Ásia”, dentre outros (p. 212, p. 258). Ao termo de todas essas influências, erguera-se uma vida social sem par em sua capacidade de acomodar culturas, raças e maneiras de ver, viver e apreciar o mundo – em suma, “uma sociedade rural e patriarcal que procurava integrar-se pelo equilíbrio” (p. 302).

Como se pode depreender dessas passagens, não faltam ocasiões em que *Sobrados* e *Raízes* ressaltam as dívidas do país com contextos adventícios. Ainda assim, certa orientação *substancialista* continua a permear suas imagens a respeito dos entrecruzamentos societários implicados na formação nacional: os itinerários socio-históricos estrangeiros no mais das vezes vinculados às gêneses do Brasil – as gentes luso-ibéricas, somadas às heranças e legados asiáticos, africanos e indígenas – com frequência são apresentados em descompasso com as ditas experiências modernas modelares. Apartados desde seus momentos primordiais, por longos séculos

encapsulados em trajetórias próprias, tais complexos socio-históricos – de um lado, a “Europa protestante” ou “carbonífera”, de outro, as gentes ibéricas e os outros povos não europeus – parecem, assim, constituir experiências mutuamente excludentes, portadoras de predicados (culturais, institucionais, econômicos, epistemológicos, políticos etc.) inconfundíveis. Como quero argumentar, essa *tensão* interpretativa estende-se ao tratamento que os ensaios dedicam às transformações que, a partir do final do século XVIII, conduziram o Brasil à quadra moderna. A meu ver, embora essa inflexão temática tenda a apurar a sensibilidade de *RdB* e *SeM* às conexões da vida social brasileira com os ditos contextos modelares, subsiste o interesse pelas alegadas especificidades do país.

A modernização brasileira: vetores internos e enlaces externos

Como há pouco sugerido, computadas as particularidades temáticas e analíticas de cada obra, *Sobrados* e *Raízes* voltam a confluir em suas formulações acerca da modernização nacional. Ao discorrerem sobre as mudanças vivenciadas pelo país no decorrer do século XIX, avulta o sentimento de desconpasso com a modernidade – seja no tocante ao curso seguido por essas transformações, seja em relação a seus desenlaces ulteriores. Note-se que, ao se referir a certas “tradições religiosas” e “outras formas de cultura, ou de culturas negras, para cá transportadas”, Gilberto Freyre (1936, p. 363-364) faz questão de sublinhar sua contumácia diante das investidas padronizadoras da Europa. Além de indício de que “a substância da cultura africana” haveria de persistir “em nós através de toda a nossa formação” (p. 363), tratar-se-ia também de um prenúncio de que em momento algum nos alinharíamos plenamente à vida moderna. A bem da verdade, algo análogo se passa nas análises de *Raízes*. Lembre-se que, em um de seus mais conhecidos excertos, *RdB* sugere que, longe de reminiscências de um passado distante, “a lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas pelos estrangeiros que nos visitam”, na

realidade representavam “um aspecto bem definido do caráter nacional” (Hollanda, 1936, p. 101-102). Ou seja, embora alusivos à cena colonial, aqueles atributos tão próprios à singular “cordialidade” brasileira (dentre eles a “aversão ao ritualismo social”, o “desejo de estabelecer intimidade” e a “ética de fundo emocional”) jamais se diluiriam por inteiro, ainda que impactados pela modernização – vale dizer, nem mesmo “nas esferas de atividade, que por sua própria natureza, devem alimentar-se da competição e das rivalidades.” (p. 102-105).

De todo modo, conforme tratam de salientar os ensaios, desde a última parte do século XVIII, um conjunto importante de modificações acabaria por debilitar formas de ver, viver e organizar o mundo há muito sedimentadas. À sua maneira, tanto *Sobrados* quanto *Raízes* sugerem que, aos poucos, a estratificação da sociedade colonial tornou-se mais heterogênea e complexa, matizada por novos conflitos de natureza econômica, política e simbólica (Freyre, 1936, p. 308-311; Hollanda, 1936, p. 99-100). Ao lado disso, o Estado e seu aparato burocrático-militar impuseram-se progressivamente sobre circunstâncias variadas da vida social (Hollanda, 1936, p. 74-75; Freyre, 1936, p. 107); na mesma medida, a economia local fortaleceu-se com o incremento do comércio e do consumo, também estimulados pela migração em direção a núcleos urbanos emergentes, onde hábitos e comportamentos renovados conquistavam espaço (Hollanda, 1936, p. 73; Freyre, 1936, p. 275-276). O sentido dessas alterações era patente: a internalização gradual de ideias, gostos, ambições e modelos institucionais erguidos originalmente na Europa setentrional (Freyre, 1936, p. 77-78; Hollanda, 1936, p. 135-137). Mas afinal, quais as principais fontes e vetores de tais transformações? Por um lado, as obras referem-se a impulsos endógenos à sociedade embrionária: Sérgio Buarque fala-nos, por exemplo, da “expansão dos *pioneers* paulistas” como “um momento novo de nossa história nacional”, prenúncio dos anseios autonomistas da colônia (Hollanda, 1936, p. 72-73). Realce similar é conferido aos efeitos da exploração do ouro, responsabilizada por incentivar a ingerência “mais direta da Coroa nos negócios do Brasil” (Freyre, 1936, p. 30) bem como o “afluxo maior de

emigrantes para além da faixa litorânea” (Hollanda, 1936, p. 73). Davam-se ali os primeiros passos rumo a uma configuração política e social mais intrincada, revigorada pelo ingresso de personagens até então desconhecidos – entre eles “aventureiros enriquecidos nas minas, reinóis, dos chamados pés-de-bois ou pés de chumbo” – e pela ascensão de “uma nova classe, ansiosa de domínio: burgueses e negociantes ricos”, em evidente ameaça ao “exclusivismo das famílias privilegiadas de donos simplesmente de terras na direção das câmaras ou dos senados.” (Freyre, 1936, p. 35-36).

Contabilizado o peso de fatores internos, as atenções dos ensaios voltam-se também a aspectos procedentes dos enlaces do país com ideários e dinâmicas impulsionados desde fora. *Raízes* e *Sobrados* dão a entender que, além das conexões internacionais que a riqueza do ouro ajudou a fomentar, a transferência da Corte para o Rio de Janeiro representou um fato crucial ao imprimir regularidade às relações (econômicas, políticas e simbólicas) do Brasil com os expoentes da modernidade europeia (Freyre, 1936, p. 281, 287). Gilberto Freyre alude justamente “ao contato maior da colônia, e mais tarde do Império, com as ideias e as modas inglesas e francesas”, donde teriam emanado, “em muitos pontos, noções mais exatas do mundo e da própria natureza tropical” (p. 267). Por sua vez, Sérgio Buarque sustenta que, no bojo dessas transformações – acentuadas a partir da independência política –, o “convívio das coisas elementares da natureza”, outrora dominante, cedeu lugar à “existência rigorosa e abstrata das cidades” (Hollanda, 1936, p. 124), provocando “em nossos homens uma crise subterrânea, voraz” (p. 124). À medida, pois, que “a vida brasileira” se movia em direção à “urbanocracia” (p. 43), diluía-se o protagonismo do “domínio rural”, espaço em torno do qual “toda a vida do país” orbitara por séculos (p. 44). Ao longo desse processo, cujo evento “mais decisivo” parece-lhe ter sido a “Abolição”, paravam “de funcionar os freios tradicionais contra o advento de um novo estado de coisas” (p. 135-136). Naquelas circunstâncias, uma plêiade de convicções e esquemas mentais gestados na Europa – com destaque para o positivismo, o romantismo e o liberalismo – capturava a imaginação e os anseios de nossas elites políticas

e intelectuais. Tal a magnitude das mudanças, que, nas últimas décadas do século XIX, o país descobriu-se em meio a uma “grande revolução” (p. 136), cujo sentido era indubitável: o “aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura” (p. 137) e, ato contínuo, o aplainamento do “terreno para o novo sistema, com sua sede (...) nos centros urbanos” (p. 136).

Igualmente preocupado com os impactos desses enlaces na cena brasileira, *Sobrados* sustenta que, “com uma rapidez espantosa de efeitos”, “a nova Europa” – aquela sob a liderança da Inglaterra e da França – principiou a ditar padrões estritos à vida nacional, fazendo-os notar em um número nada desprezível de dimensões (Freyre, 1936, p. 261): na dinâmica econômica e política do país, em suas referências estéticas, arquitetônicas e sanitárias, bem como nos horizontes simbólicos, gostos e comportamentos da população (p. 261-268, 295, 299, 313). No fim das contas, eram poucos os domínios da experiência brasileira que pareciam de fato escapar ao prestígio europeu: o que quer que houvesse conferido uma tonalidade “oriental à nossa vida dos dias comuns foi empalidecendo (...); foi se acinzentando; foi se tornando excepcional” (p. 261). Arrebatado pelo “interesse do novo industrialismo europeu sobre base capitalista, e portanto estandardizador e uniformizador dos costumes e trajos” (p. 264), o país foi afastando-se de hábitos e parâmetros (cognitivos, ético-morais e estéticos) que por muito tempo o haviam distinguido – alguns deles emprestados a outras culturas, outros tantos forjados por suas próprias gentes, quase sempre em sintonia fina com a paisagem americana.

Incongruências brasileiras: um itinerário histórico especial

Conforme tantas vezes assinalado pela fortuna crítica, apesar de discernirem uma ampla gama de efeitos padronizadores nos engajamentos do Brasil com as ideias e movimentos da modernidade, para *Raízes* e *Sobrados*, em momento algum a vida social brasileira harmonizou-se de maneira completa e acabada com os parâmetros hegemônicos da Europa. Ou seja, apesar de concordarem que as transformações que arrebataram o

país ao longo do século XIX deram cabo de um sem número de aspectos há muito radicados no tecido brasileiro, ambos os ensaios permanecem cautelosos quanto aos desfechos desses processos: em última instância, persistiria um conjunto importante de divergências entre o itinerário nacional e os pressupostos da modernidade norte-europeia. Nos dizeres de Sérgio Buarque, nosso “mundo de essências mais íntimas” lograva conservar-se “intacto, irredutível e desdenhoso das invenções humanas”, refratário aos “esquemas sábios e de virtude provada” em outros contextos (Hollanda, 1936, p. 161). Tais incongruências, além de indicativas de “nosso próprio ritmo espontâneo”, ajudariam a entrever os horizontes de possibilidade singulares de nossa modernização (p. 161).

Em larga medida, não é outro o prognóstico avançado em *Sobrados*. A despeito de também avaliar que “uma vez iniciada a reconquista do Brasil pela Europa, não cessou; e ainda hoje nos abafa”, e que “essa reconquista alterou a paisagem brasileira em todos os seus valores” (Freyre, 1936, p. 260), Freyre adverte que jamais haveríamos de replicar fielmente os padrões do velho mundo. Não se queria com isso subestimar o vigor de tais influências, tampouco ignorar que, desde o declínio “da economia apoiada no escravo, acentuou-se a importância do europeu” (p. 291), a certa altura “tão necessário como o próprio ar à organização mais industrial e à estrutura mais burguesa, mais urbana, mais mecânica, da vida brasileira” (p. 301). Mesmo assim, para *Sobrados*, essa retomada do velho continente “teve de seguir suas cautelas” entre nós, obrigada a enfrentar “resistências de ordem natural, umas, outras de ordem cultural”, as quais atuaram “no sentido de moderar a reeuropeização do Brasil e de conservar o mais possível no país, os traços e as cores antieuropeias, avivadas durante séculos profundos de segregação” (p. 259).

À luz desses enunciados, cabe indagar até onde tais diagnósticos e conjecturas convergentes da modernização brasileira são, também eles, atravessados por aquela mesma *tensão* interpretativa. Ora, como há pouco observado, *SeM* e *RdB* aproximam-se notadamente ao aquiescerem acerca da relevância de vetores *internos* nas transformações que retiraram o Brasil de sua letargia colonial. O aprofundamento da conquista e ocupação do vasto

território, movimentos migratórios em direção a regiões interioranas, anseios autonomistas ante o assédio da autoridade metropolitana, os impactos dinamizadores da mineração sobre a economia e o consumo domésticos, as primeiras iniciativas sistemáticas de urbanização, a diversificação de grupos e segmentos sociais, assim como a circulação de novos esquemas mentais, hábitos e referências comportamentais, acompanhados do acirramento das disputas em torno de bens simbólicos e recursos políticos locais, dentre outros – todos esses fenômenos atestam o cuidado das obras com uma gama de *estímulos intrínsecos* que teriam ajudado o país a desprender-se de seu passado e a alçá-lo a novos padrões de sociabilidade. Mas convém frisar uma vez mais que, ao lado desses vetores, os ensaios também se dobram à importância de fatores derivados dos *enlaces* da vida brasileira com dinâmicas e ideias estrangeiras. Dito isso, importa avaliar em que medida tal alternância de enfoque conduz *Raízes* e *Sobrados* a, enfim, afastarem-se de imagens *substancializadas* em favor de uma visada propriamente *relacional* dessa experiência societária.

Vejamos, pois: é certo que, ao imputarem a fenômenos *adventícios* influência decisiva nas novas feições que aos poucos o país assumiu a partir do final do século XVIII, Freyre e Holanda contribuem para deslocar a trajetória brasileira de si mesma. Dissolvidas as pretensões autogeradoras a seu respeito, tal mudança de ênfase interpretativa parece, a princípio, esboçar um retrato inteiramente *de-substancializado* da modernização nacional. Quero dizer com isso que, a tomar pelas imagens delineadas nas obras, caso se almejasse identificar as fontes das transformações que, por fim, colocaram o Brasil nos trilhos da modernidade europeia – isto é, que o compeliram a alinhar-se aos padrões institucionais e ético-morais, bem como às referências cognitivas e estéticas erigidas na Europa –, seria imprescindível reorientar o olhar para além de seus próprios limites: em suma, haveria que se ter em conta seus *entrelaçamentos* e *transações* com as dinâmicas, concepções de mundo, preceitos e valores oriundos dos contextos modernos modelares. Ocorre que, como bem se sabe, a sensibilidade dos ensaios a tais *intercâmbios* não basta para diluir a

percepção desta como uma modernização *sui generis*, dotada de lógica e características próprias. Ou seja, mesmo nas ocasiões em que a relevância de fatores e impulsos imanentes é suavizada, persiste em *Sobrados e Raízes* o retrato de um percurso ímpar em direção à modernidade. A se considerar o enquadramento analítico das obras, a explicação para tal especificidade estaria, sobretudo, no fato de se tratar de uma vida social desde o princípio irreduzível às trajetórias modernas modelares: produto do caldeamento de heranças (culturais e raciais) heteróclitas (nativas da América, africanas, asiáticas e euro-ibéricas), tal experiência teria se formado ao termo de um itinerário notadamente peculiar, em vários sentidos exclusivo, apenas tardiamente conectado aos movimentos e ideias originados na Europa setentrional – leia-se, na “civilização carbonífera” (Freyre, 1936, p. 261), ou ainda, entre os “povos protestantes” (Hollanda, 1936, p. 11).

No fim das contas, insinua-se nas edições *princeps* de *Raízes e Sobrados* a imagem de uma sociedade que, embora reconfigurada sob a influência da dinâmica mundial, conservou-se aferrada a predicados especiais, boa parte dos quais em dissonância com as expectativas e parâmetros da modernidade – situação evidenciada pela persistência de práticas e estruturas pré-capitalistas em sua ordem econômica, por um aparato estatal aquém dos preceitos administrativos racionais, pelo predomínio de códigos e interesses privados nos espaços públicos, bem como pela pertinácia de visões de mundo mágico-religiosas e de valores e regras de conduta tradicionais (marcadamente pessoais e hierarquizantes) no tecido social (Tavolaro, 2020). Em vez de dissipar-se, pois, a tensão *substancialismo/relacionalismo* mantém-se ativa – quiçá à espera de outras leituras e de novas interlocuções teóricas.

***Raízes e Sobrados*: por uma visada relacional da experiência brasileira**

Longe de se encerrarem nas obras de Freyre e Holanda, as celeumas supracitadas são recorrentes em uma parcela expressiva do *pensamento brasileiro*. Muitos foram os trabalhos de interpretação desde o último

quartel do século XIX que creditaram às características naturais do território nacional, aliadas às propaladas excentricidades (comportamentais, mentais e biológicas) de suas gentes, a responsabilidade pelos contornos pretensamente peculiares da vida social no Brasil. Ao menos nesse sentido, algumas das asserções de Silvio Romero em *História da Literatura Brasileira* (1888) parecem exemplares de certa percepção difusa: o meio físico indicava-lhe ser “uma das faces mais distintas de nosso país” (Romero, 1949, p. 263), ao que se aditava uma composição racial insólita, reunindo “três povos, antropológica e etnograficamente distintos, que nos têm vindo a forjar, a amalgamar na incude e no cadinho da história” (p. 280). Cioso das contribuições de tais fatores para a formação e modernização brasileiras, Silvio Romero não deixava de ponderar acerca dos efeitos das *relações* do país com a Europa e a América setentrional, cujas ideias pareciam-lhe ter constituído os “germes” e “modelos” de nossas “formas do pensamento cultural” (Romero, 1949, p. 296). Com efeito, preocupações análogas podem também ser discernidas nos trabalhos de Euclides da Cunha (2016, p. 87-97, 191), Nina Rodrigues (1945, p. 27-28), Oliveira Vianna (1956, p. 121-192) e Paulo Prado (2012, p. 43-52, 139), para citar apenas alguns dos mais aclamados intelectuais daquele período, cujos diagnósticos da experiência brasileira tornam a evidenciar as ambiguidades interpretativas contempladas neste artigo.

Mudanças de ênfase em favor de variáveis sociais não bastaram para esmorecer a polêmica em tela. Logo no início do século XX, ao buscar distanciar-se de formulações que imputavam ao “valor absoluto das raças e das gentes” as principais adversidades enfrentadas pelo Brasil e demais países sul-americanos, Manoel Bomfim (1993, p. 244) afirmava querer priorizar “as condições sociais e políticas” de sua formação (p. 54). Se, por um lado, tal guinada analítica o levou a contemplar os intercâmbios históricos implicados nas origens dessas sociedades, por outro, reiterava-se a percepção de se tratar de trajetórias especiais, ao longo das quais se teriam sedimentado instituições e valores, costumes e hábitos diversos daqueles encontrados na Europa setentrional e nos Estados Unidos da América

(Bomfim, 1993, p. 81-119). A celeuma permaneceria acesa tempos depois, quando âncoras explicativas propriamente sociais (fossem elas econômicas, políticas, culturais e/ou institucionais) enfim se tornaram preponderantes nos esforços de interpretação do país. Guardados os enquadramentos teóricos e predileções temáticas próprios a cada obra, foi esse o caso de *Formação do Brasil contemporâneo* (Prado Jr., 2011, p. 19-22), *Os Donos do Poder* (Faoro, 2001, p. 130), *A redução sociológica* (Ramos, 1996, p. 139-140), *A revolução burguesa no Brasil* (Fernandes, 2006, p. 261-267), dentre outras, em que a vida social brasileira continuou retratada como uma experiência que, embora progressivamente atrelada à dinâmica mundial, teria ingressado na modernidade de maneira tardia e peculiar.

Dito isso, convém igualmente ressaltar que essa tampouco é uma *tensão* exclusiva às elucubrações do *pensamento brasileiro*. Em verdade, trata-se de uma controvérsia mais abrangente, inscrita no próprio imaginário sociológico da modernidade. Como bem se sabe, prevalece nessa fatura a propensão para atribuir a um grupo seletivo de contextos europeus qualidades invulgares – epistemológicas, econômicas, políticas, culturais, religiosas, ético-morais, institucionais etc. –, supostamente endógenas à sua história, berço de transformações que redundariam no advento da era moderna (Elias, 1993; Giddens, 1991; Habermas, 1990; Marx, 1990; Parsons, 1971; Weber, 1976). Ainda conforme essa concepção, no rastro do expansionismo europeu, as invenções institucionais e os novos parâmetros sociais originados dessas mudanças chegariam a *posteriori* em outras partes do mundo, onde seriam então ajustados às circunstâncias locais, sob a influência de formas de vida autóctones (Eisenstadt, 1978; Rostow, 1978). É mister salientar que, malgrado raramente ignorar a relevância que transações societárias de variada sorte tiveram ao longo da história moderna, tal imaginário tende a apregoar que configurações “modelares/centrais” e os assim chamados contextos “tardios/periféricos” mantiveram-se inconfundíveis em seus traços distintivos (Tavolaro, 2021). Ou seja, apesar de crescentemente conectadas de maneira perene, ambas as modalidades de sociedade teriam conservado intactas suas características mais essenciais. Daí os caminhos diversos trilhados

em direção à modernidade, além dos resultados notadamente díspares alcançados – não apenas quanto à sua posição na ordem mundial, mas também no que diz respeito à extensão, profundidade e solidez com que as instituições e parâmetros cognitivos, ético-morais e estéticos modernos se firmaram em seus tecidos sociais.¹⁰

As afinidades entre as edições *princeps* de *Raízes* e *Sobrados* e esse enquadramento sociológico são por demais óbvias: em um e outro casos, aspectos *relacionais* acabam furtivamente neutralizados, quando não de todo subsumidos a retratos compartimentados da cena moderna, fracionados em uma infinidade de itinerários socio-históricos especiais. Não surpreende, pois, a recorrência com que os padrões de sociabilidade modernos são tomados por adventícios à trajetória brasileira, apenas tardiamente incorporados ao país. Seja como for, a meu ver, essa senda de leitura não exaure todas as possibilidades de diálogo dos ensaios. À guisa de conclusão, gostaria de explorar ainda outra interlocução teórica: refiro-me a um conjunto de propostas contemporâneas cujas formulações colidem frontalmente com esse viés analítico *internalista* e *substancialista* da modernidade. Conforme há pouco observado, a se considerar as reiteradas alusões aos entrecruzamentos societários implicados nas gêneses do Brasil e em seu ulterior alinhamento aos parâmetros modernos, logo se vê que esta não é uma querela alheia a *SeM* e *RdB*. Pois bem, como quero argumentar, caso se almeje aprofundar o potencial heurístico da dimensão *relacional* das obras, alguns passos se mostram imprescindíveis: em primeiro lugar, ante o desafio de dissipar por completo a imagem autocontida e autosubsistente da experiência brasileira, é mister refutar de uma vez por todas o “nacionalismo metodológico” que, por muito tempo, orientou a imaginação sociológica (Chernilo, 2011). Nesse caso, em vez de se assumir como fato consumado que “nação/estado/sociedade” constituem “a forma social e política natural do mundo moderno”, urge atentar para sua condição inerentemente “transnacional” – inclusive à época em que “o estado-nação limitava e agrupava a maioria

¹⁰ A seu modo, essa mesma concepção encontrou aderência em diferentes gerações do pensamento brasileiro. Veja-se, por exemplo, Nabuco (2010), Prado (1957), Fernandes (2006), Cardoso e Faletto (2004) e Souza (2000).

dos processos sociais” (Wimmer; Schiller, 2012, p. 302). Mas isso não é tudo: há também que problematizar os supostos historicistas que subjazem essa imaginação, ou seja, a convicção conforme a qual, após emergirem no continente europeu, as invenções sociais modernas teriam migrado para outras regiões do mundo, em meio a processos transcorridos “*ao longo do tempo*” (Chakrabarty, 2000, p. 7). Por fim, ao invés de conceber-se a modernidade como o remate final de um itinerário especial, melhor parece enquadrá-la, desde seus primórdios, como “uma mudança mais ou menos global, com muitas fontes e raízes e – inevitavelmente – muitas formas e significados diferentes” (Subrahmanyam, 1997, p. 736-737) – o que, por óbvio, exige renunciar a percursos históricos exclusivos para conferir ênfase às “condições e interações globais através das quais o mundo moderno emergiu” (Conrad, 2016, p. 76).

Para finalizar, gostaria de sugerir que esse deslocamento analítico em favor das *transações* e *vínculos socio-históricos* diversos, que concorreram para o advento da modernidade e suas incontáveis reconfigurações (Conrad, 2016; Gruzinski, 2003; Hall, 2011; Mignolo, 2005; Subrahmanyam, 1997; Therborn, 2003), tem muito a auferir dos *insights* da abordagem sociológica *relacional*.¹¹ Admitida a exiguidade de acordos mais amplos a seu respeito (Vandenberghe, 2018; Prandini, 2015; Powell; Dépelteau, 2013) destaca-se nesse programa de reflexão a crítica à “natureza intrinsecamente reificada de todas as categorias” – isto é, “como elas ‘totalizam’ identidades que frequentemente são de fato multidimensionais e contraditórias” (Emirbayer, 1997, p. 308-309).¹² Quando mobilizada com o intuito de interpelar criticamente os alicerces epistemológicos, as ferramentas descritivas e o

¹¹ Julian Go (2017, p. 142-147) explorou algumas dessas contribuições ao indicar sugestões para um “relacionalismo pós-colonial”.

¹² Frédéric Vandenberghe sustenta que, no “nível ontológico”, a sociologia *relacional* “assume que as relações essencialmente criam a vida social”. Já no “nível epistemológico”, tende-se a contrapor “o pensamento categorial das abordagens substancialista, subjetivista e essencialista ao pensamento relacional das abordagens estruturalista, processual e interacionista”. Por fim, no “nível metodológico”, busca-se empregar “técnicas” que “ênfaticam a interdependência mútua das variáveis e dissolvem entidades em processos” (Vandenberghe, 2018, p. 39-40).

alcançe empírico de teorizações correntes acerca das gêneses, dos padrões de sociabilidade e das transformações da modernidade, essa agenda de pesquisa passa a priorizar os “fenômenos emergentes” das conexões socio-históricas, em detrimento da suposta capacidade conformadora “de seus componentes individuais” (Donati, 2013, p. 17). Afasta-se, com isso, o privilégio teórico-metodológico que abordagens sociológicas convencionais costumam emprestar à sociedade nacional e/ou a outras unidades estritas de análise (Centro/Periferia, 1º mundo/3º mundo, Ocidente/Oriente, América anglo-saxônica/América Latina, Europa/ resto etc.) – visto que concebê-las como “entidades primordiais, autocontidas e amplamente monolíticas” redundaria em perder de vista as “redes de relações complexas multivariadas”, bem como as “relações de determinação mútua” (Monterescu, 2013, p. 26) que caracterizam um amplo espectro de experiências sociais na cena contemporânea.

As disparidades e os desacertos entre os retratos do Brasil delineados nas edições *princeps* de *Sobrados e Raízes* e esse enquadramento *relacional* da modernidade são notórios. Não obstante, conforme salientado no artigo, subsistem pontos de convergência relevantes, os quais ensejam uma interpretação alternativa da experiência brasileira: não mais como a resultante de um percurso formativo especial – tardio e colateral à trajetória europeia –, mas como partícipe e corresponsável pelas instituições e padrões de sociabilidade próprios à modernidade.

Sergio B. F. Tavoraro é Doutor em Sociologia e professor associado do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

✉ sergotavolaro@hotmail.com

Referências

1. ARAÚJO, Ricardo. *Guerra e paz: Casa-grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
2. BASTOS, Elide. *Raízes do Brasil – Sobrados e Mucambos: um diálogo*. In: MONTEIRO, P.; EUGÊNIO, J. (orgs). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas; Rio de Janeiro: Editora da Unicamp; EdUERJ, 2008. p. 227-244.
3. BASTOS, Elide. *Gilberto Freyre e o pensamento hispânico: entre Dom Quixote e Alonso El Bueno*. Bauru: EDUSC, 2003.
4. BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
5. BURKE, Peter; PALLARES-BURKE, Maria L. *Repensando os Trópicos: um retrato intelectual de Gilberto Freyre*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
6. CANDIDO, Antonio. A visão política de *Sérgio Buarque de Holanda*. In: MONTEIRO, P.; EUGÊNIO, J. (orgs). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas; Rio de Janeiro: Editora da Unicamp; EdUERJ, 2008. p. 29-36.
7. CARDOSO, Fernando H.; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
8. CHAKRABARTAY, Dipesh. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
9. CHERNILO, Daniel. The critique of methodological nationalism: theory and history. *Thesis Eleven*, v. 106, n. 1, p. 98-117, 2011. <https://doi.org/10.1177/0725513611415789>
10. CONRAD, Sebastian. *What is global history?* Princeton: Princeton University Press, 2016. p. 37-61.
11. CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.
12. DÉPELTEAU, François. What is the direction of the “relational turn”? In: POWELL, C.; DÉPELTEAU, F. (eds.). *Conceptualizing relational sociology: ontological and theoretical issues*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2013. p. 163-185.
13. DONATI, Pierpaolo. Relational Sociology and the globalized society. In: DÉPELTEAU, F.; POWELL, C. (eds). *Applying relational Sociology: relations, networks, and society*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2013. p. 1-24.
14. EISENSTADT, Shmuel. Beyond classical revolutions – processes of change and revolutions in neopatrimonial societies. In: EISENSTADT, S. *Revolution and the Transformation of societies: A comparative study of civilizations*. Nova York: The Free Press, 1978. p. 273-310.
15. EMIRBAYER, Mustafa. Manifesto for a relational sociology. *American Journal of Sociology*, v. 103, n. 2, p. 281-317, 1997. <https://doi.org/10.1086/231209>

16. ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. Vol. 2.
17. EUGÊNIO, João. *Um ritmo espontâneo: o organicismo em Raízes do Brasil e Caminhos e Fronteiras, de Sérgio Buarque de Holanda*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
18. EUGÊNIO, João. Um horizonte de autenticidade – Sérgio Buarque de Holanda: monarquista, modernista, romântico (1920-1935). In: MONTEIRO, P.; EUGÊNIO, J. (orgs). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas; Rio de Janeiro: Editora da Unicamp; EdUERJ, 2008. p. 425-459.
19. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Editora Globo, 2001.
20. FELDMAN, Luiz. Um clássico por amadurecimento: Raízes do Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, n. 82, p. 119-140, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092013000200008>
21. FELDMAN, Luiz. *O Brasil no mundo e vice-versa: o Estado em Casa-grande & Senzala, Sobrados e Mucambos e Raízes do Brasil*. 2009. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. <https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.32983>
22. FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
23. FERREIRA, Gabriela. A formação nacional em Buarque, Freyre e Vianna. *Lua Nova*, n. 37, p. 229-247, 1996. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451996000100012>
24. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1996. Vol. II.
25. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcalismo rural no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.
26. GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Editora Unesp, 1991.
27. GO, Julian. Postcolonial thought as social theory. In: BENZECRY, C.; KRAUSE, M.; REED, I. (eds). *Social theory now*. Chicago: The Chicago University Press, 2017. p. 130-161.
28. GRUZINSKI, Serge. O historiador, o macaco e a centauro: a “história cultural” no novo milênio. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 321-342, 2003. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300020>
29. HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Dom Quixote, 1990.
30. HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
31. HOLLANDA, Sérgio B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

32. LAGE, Victor. *Interpretations of Brazil, contemporary (de)formations*. 2016. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. <https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.27613>
33. MARX, Karl. *Capital*. Londres: Penguin Books, 1990. Vol. I.
34. MELO, Alfredo. Mudanças em ritmo próprio. In: HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. Edição crítica. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 449-455.
35. MIGNOLO, Walter. *The idea of Latin America*. Oxford: Blackwell, 2005.
36. MONTEIRO, Pedro. *Signo e desterro: Sérgio Buarque de Holanda e a imaginação do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2015.
37. MONTEIRO, Pedro; SCHWARCZ, Lília. Uma edição crítica de *Raízes do Brasil: o historiador lê a si mesmo*. In: HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. Edição crítica. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 11-26.
38. MONTERESCU, Daniel. Spatial relationality and the fallacies of methodological nationalism: Theorizing urban space and binational sociality in Jewish-Arab “mixed towns”. In: DÉPELTEAU, F.; POWELL, C. (eds). *Applying relational sociology: relations, networks, and society*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2013. p. 25-50.
39. MOTTA, Roberto. Tempo, desenvolvimento e (in)correção histórica: a propósito da lusotropicologia de *Gilberto Freyre*. In: MOTTA, R.; FERNANDES, M. (orgs.). *Gilberto Freyre: região, tradição, trópico e outras aproximações*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013, p. 213-242.
40. NABUCO, Joaquim. Post-scriptum: a questão da América Latina. In: NABUCO, J. *Essencial Joaquim Nabuco*. São Paulo: Penguin; Companhia das Letras, 2010. p. 304-310.
41. PARSONS, Talcott. *The system of modern societies*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1971.
42. POWELL, Christopher; DÉPELTEAU, François. Introduction. In: POWELL, C.; DEPELTEAU, F. (eds.). *Conceptualizing relational sociology: ontological and theoretical issues*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2013. p. 1-12.
43. PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
44. PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. São Paulo: Brasiliense, 1957.
45. PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
46. PRANDINI, Riccardo. Relational sociology: a well-defined sociological paradigm or a challenging “relational turn” in Sociology?. *International Review of Sociology*, v. 25, n. 1, p. 1-14, 2015. <https://doi.org/10.1080/03906701.2014.997969>
47. RAMOS, Alberto G. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

48. ROCHA, João. O exílio como eixo: bem-sucedidos e desterrados – ou por uma edição crítica de Raízes do Brasil. In: MONTEIRO, P.; EUGÊNIO, J. (orgs). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas; Rio de Janeiro: Editora da Unicamp; EdUERJ, 2008. p. 245-275.
49. RODRIGUES, Raimundo N. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.
50. ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949. Tomo I.
51. ROSTOW, Walt W. *As etapas do desenvolvimento econômico (um manifesto não-comunista)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1978.
52. SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora UnB, 2000.
53. SOUZA, Jessé. A atualidade de Gilberto Freyre. In: KOMINSKY, E. et al. (orgs). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: EDUŠC, 2003. p. 65-81.
54. SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected histories: notes towards a reconfiguration of early modern Eurasia. *Modern Asian Studies*, v. 31, n. 3, p. 735-762, 1997. <https://doi.org/10.1017/S0026749X00017133>
55. TAVOLARO, Sergio B. F. Imagens contra-hegemônicas da modernidade: uma visada sociológica relacional. In: F. DÉPELTEAU, F.; VANDENBERGHE, F. (org.). *Sociologia Relacional*. Rio de Janeiro: Ateliê das Humanidades Editorial, 2021. p. 267-301.
56. TAVOLARO, Sergio B. F. Stasis, motion and acceleration: The senses and connotations of time in Raízes do Brasil and Sobrados e mucambos (1936). *Sociologia & Antropologia*, v. 10, n. 1, p. 243-266, 2020. <https://doi.org/10.1590/2238-38752019v10i19>
57. THERBORN, Göran. Entangled modernities. *European Journal of Social Theory*, v. 6, n. 3, p. 293-305, 2003. <https://doi.org/10.1177/13684310030063002>
58. TORRES, Alberto. *A organização nacional*. Brasília: Editora UnB, 1982.
59. VANDENBERGHE, Frédéric. The relation as magical operator: Overcoming the divide between relational and processual sociology. In: DÉPELTEAU, F. (ed.). *The Palgrave handbook of Relational Sociology*. Palgrave MacMillan, 2018. p. 35-57.
60. VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
61. WAIZBORT, Leopoldo. O mal-entendido da democracia: Sérgio Buarque de Holanda, Raízes do Brasil, 1936. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n. 76, p. 39-62, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092011000200003>
62. WEBER, Max. *The protestant ethic and the spirit of capitalism*. Nova York: Charles Scribner's Sons, 1976.

63. WEGNER, Robert. *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

64. WIMMER, Andreas; SCHILLER, Nina. Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the social sciences. *Global Networks*, v. 2, n. 4, p. 301-334, 2002. <https://doi.org/10.1111/1471-0374.00043>

Recebido: 15 mar. 2021.

Aceito: 19 jul. 2021.